

Tradução Automática e Estudos da Tradução: um conflito paradigmático

Ronaldo T. Martins*

* Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional - NILC
Av. do Trabalhador São-Carlense, 400
13560-970 - São Carlos - SP - Brazil
ronaldo@nilc.icmc.usp.br

Abstract. This paper addresses a theoretical analysis of the assumptions of Machine Translation current practices. It aims at comparing the research between two completely different paradigms: Machine Translation and the so-called Translation Studies. It is claimed that results from the Translation Studies, although not originally committed to formal (and hence machine tractable) approaches, should be taken as a part of the Machine Translation investigation, as to define a new program of research and development.

1. Introdução

A tradução automática, ou tradução mecânica, ostenta a dupla condição de ser, entre os aplicativos do processamento automático das línguas naturais, a mais antiga veleidade e a mais reiterada frustração. Se considerarmos que as primeiras tentativas de construção de um sistema que traduzisse automaticamente os enunciados entre duas línguas naturais coincidem com o desenvolvimento da técnica de criptografia, logo após a Segunda Guerra Mundial, seremos forçados a admitir que todo o capital simbólico acumulado pelos estudos da tradução automática nos últimos 50 anos não foi capaz, ainda, de produzir sistemas inteligentes que pudessem, ainda que muito superficialmente, emular o comportamento do tradutor humano. Nenhum dos sistemas disponíveis, sejam provenientes das iniciativas de mercado, sejam derivados da pesquisa acadêmica, produziram, até hoje, resultados que se pudessem considerar minimamente satisfatórios, tais que pudessem prescindir de edição humana. Pelo contrário: mesmo para línguas, como o inglês, que têm concentrado, pelo poder econômico de sua comunidade de falantes, uma soma considerável de investimentos, não foram observados resultados que permitissem, qual em um teste de Turing, confundir o desempenho do tradutor mecânico com a expectativa de desempenho de um tradutor humano¹.

O sempre renovado fracasso das inúmeras tentativas de automação conduziu a uma revisão do processo de tradução, no sentido de serem redefinidos, principalmente, seus objetivos e seu escopo de atuação. Martin Kay (1995) sugere, em um texto sintomaticamente intitulado "Machine Translation: the disappointing past and present", três possibilidades de encaminhamento da discussão:

First, in the long run, there is no alternative to continuing to build more faithful models of human behavior. The second alternative is to design systems involving both people and machines, assigning to each those parts of the task to which they are best suited. The third is to seek ways of modifying the task so that the machine will naturally have greater control over the context.

Em todos esses casos, o problema da tradução automática não é propriamente enfrentado, mas evitado, procedendo-se a um recorte metodológico que, se tem, evidentemente, flagrante legitimidade científica, faz supor que o processo de produção do conhecimento no campo se dá antes de forma gradual, pelo acúmulo progressivo de informações que, incorporadas a um sistema dotado de alguma elasticidade, permitiriam que fosse ampliada continuamente sua capacidade de atuação. No entanto, o que se percebe, na

¹ Para uma análise comparativa do desempenho de sistemas comerciais de tradução entre o português e o inglês consulte-se Oliveira et al. (2000). A avaliação sobre o estado da arte da tradução automática em língua inglesa acompanha as observações extraídas de Cole et al. (1996).

prática, é que a complexidade do processo não está apenas ou diretamente relacionada à quantidade de informação necessária, mas, sobretudo, à absoluta ausência de conhecimento científico sobre os mecanismos que operam durante a tradução humana.

Quase 100 anos após a realização do *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure, cujas notas, compiladas por Charles Bally, constituiriam o marco inaugural da linguística contemporânea, o conhecimento científico que os falantes têm a respeito da própria língua não atingiu ainda o estágio de permitir que pudessem ser replicadas, mesmo em modelos estritamente teóricos, sem vinculação imediata com a computação, atividades linguísticas mais sofisticadas, principalmente as de natureza semântica, como a tradução. A língua permanece uma esfinge a ser decifrada, e o processo de multiestratificação em diferentes níveis de análise (fonético, fonológico, morfológico, sintático, etc.), se permitiu, realmente, que um conjunto relativamente expressivo de informações fosse produzido, não gerou ainda a síntese necessária para que se tivesse, do funcionamento da linguagem, uma perspectiva mais geral e consolidada. Pelo contrário, a fragmentação da descrição linguística impediu que se constituísse uma teoria geral da linguagem, sem a qual qualquer tentativa de automação do comportamento linguístico se vê reduzida, principalmente, à experimentação cega de estratégias de validade limitada.

Neste artigo, que se propõe a discutir exatamente as fronteiras e os problemas associados a essas limitações, será privilegiada particularmente a recuperação das definições que hoje demarcam o território do campo que vem sendo chamado de estudos da tradução (*translation studies*), com a consideração do impasse metodológico que se instala quando se confrontam os paradigmas explorados pela pesquisa linguística e aqueles supostamente requeridos pela modelação de sistemas linguístico-computacionais. Espera-se, com isso, poder oferecer alguma direção para o processo de produção de ferramentas de tradução automática e estabelecer um novo programa de pesquisa e desenvolvimento em tradução, especialmente para a língua portuguesa.

2. Tradução Automática

O que se convencionou chamar tradução automática compreende hoje um espectro bastante diversificado de práticas de pesquisa e de projetos de desenvolvimento, muitos dos quais afastaram-se definitivamente da programa original do domínio. Hutchins & Sommers (1992), ao recuperarem a história dos sistemas de tradução automática, reportam que os sistemas originalmente projetados para a automação completa do processo tradutório foram redefinidos, progressivamente, como sistemas de tradução auxiliada por humanos (*human-aided machine translation*) e, de forma ainda menos ambiciosa, como tradução humana auxiliada por máquinas (*machine-aided human translation*). Os desenvolvedores recuaram (estrategicamente?) do anelo de produzirem tradutores completamente automáticos e passaram a operar dentro de fronteiras bem mais definidas e com objetivos muito mais modestos.

Em lugar de se tentar produzir uma equivalência, na língua de destino, para o enunciado originalmente produzido na língua de partida, os sistemas contemporâneos pautam-se, principalmente, por estratégias alternativas, que se organizam em torno de quatro eixos:

- 1) pela redefinição (higienização) da língua de partida, que passa a sofrer um processo de de-complexificação, sendo reduzida a um mero subconjunto normalizado (*controlled language*) da variedade real, que é naturalmente muito mais desorganizada e poluída de toda sorte de fenômenos de difícil tratamento computacional;

- 2) pela especialização do universo do discurso (*domain constraint*), com a seleção de uma temática, de uma forma de composição e de um estilo que, sendo caracterizados por um conjunto limitado de variações,

deveriam ser exaustivamente descritos, e para cujo reconhecimento e processamento a ferramenta de tradução deveria ser treinada²;

3) pelo abandono sistemático da expectativa de produzir resultados definitivos, preteridos por traduções cruas (*raw translation*), que resgatem apenas os movimentos mais mecânicos - e menos inteligentes - do processo de tradução, e que serviriam de ponto de partida para o trabalho do especialista humano, cujas tarefas repetitivas seriam agilizadas³;

4) pela redução da tradução automática a uma tarefa de natureza puramente indicativa, conformada na tradução grosseira (*rough translation*), mero mecanismo de triagem, que sinalizaria, para o leigo, que o texto atende ou não a um determinado interesse e, portanto, que deveria ser encaminhado ou não para tradução humana⁴.

Em todos estes casos, reconhece-se que a grande dificuldade dos sistemas de tradução automática é justamente o processo de análise e interpretação dos enunciados em língua natural. Diferentemente do que ocorre em outras ferramentas computacionais, a tradução automática é particularmente sensível à representação do conteúdo semântico das sentenças e dela profundamente dependente. Como diria Santos (1995):

A operação de fazer a transição de uma língua para outra - consistindo afinal na tradução de itens lexicais da língua de partida para itens lexicais da língua de chegada - é a parte mais trivial de todo o processo, e o ônus da tarefa de traduzir (pelo menos se for encarada do ponto de vista computacional) recai sobre as competências monolíngües envolvidas.

As estratégias adotadas para essa análise variam ao sabor das premissas que orientam os vários modelos. Dorr et al. (2000) salientam, por exemplo, a existência de pelo menos três abordagens predominantes: a tradução baseada exclusivamente em conhecimento lingüístico, ou seja, em dicionários e gramáticas (*Language-Based Machine Translation* - LBMT); a tradução baseada em conhecimento, ou seja, em dicionários, gramáticas e, adicionalmente, enciclopédias e bases de conhecimento (*Knowledge-Based Machine Translation* - KBMT); e a tradução baseada em exemplos, ou seja, em dicionários, gramáticas e *corpora* (*Example-Based Machine Translation* - EBMT). Os dois primeiros casos constituiriam, principalmente, modelos de tradução baseada em regras, ou na explicitação do conhecimento lingüístico inato do falante; o último seria particularmente amparado em análises e dados estatísticos. O primeiro modelo, em função do custo relativamente mais baixo se comparado aos demais, seria mais adequado para sistemas mais genéricos e mais robustos, mas produziria resultados menos satisfatórios e mais sujeitos a erro. Os dois últimos, por envolverem o desenvolvimento de recursos mais dispendiosos (enciclopédias e *corpora* convenientemente anotados, separados por domínio do conhecimento), produziriam resultados mais exatos, mas seriam indicados apenas para sistemas mais especializados, de domínio restrito.

Do ponto de vista da técnica, são citadas duas linhas principais: a tradução direta e a tradução indireta. A tradução direta prevê, em linhas gerais, que a língua-alvo seja considerada o próprio instrumento de análise da língua-fonte. Ou seja, não haveria, em princípio, nenhum estágio intermediário entre língua-fonte e língua-alvo. O vocabulário da sentença de entrada seria automaticamente vertido para a língua-alvo por meio de um

² É o que tem sido feito, com sucesso, no sistema METEO (cf. Chevalier, Dansereau, et al. 1978), que traduz boletins meteorológicos canadenses entre o inglês e o francês.

³ Na tradução crua, os resultados seriam propositadamente parciais (e imperfeitos) para que pudessem servir de ponto de partida para a correção (ou tradução) humana, feita por revisores (ou tradutores) especializados. À ferramenta caberia produzir o primeiro rascunho (jamais o texto final), a ser trabalhado pelo especialista, para o qual seria observado um expressivo ganho de produtividade (em torno de 40 a 50% do tempo dedicado a cada lauda, segundo os registros reportados em Boitet 1995). Quase todos os grandes sistemas corporativos (DUET, da Sharp; HICAT, da Hitachi; ATLAS-II, da Fujitsu; METAL, da Siemens; AS-TRANSAC, da Toshiba; PIVOT, da NEC; etc.) funcionam desta maneira.

⁴ A maior parte dos sistemas de tradução automática atualmente franqueados ao público (como SYSTRAN e CAT, entre os mais populares) incidiria neste caso.

dicionário bilingüe, com a ajuda, talvez, de algum processamento morfológico. Uma vez geradas as equivalências lexicais na língua-alvo, haveria algum reordenamento (bastante superficial e localizado) dos itens lexicais, para produzir resultados mais aceitáveis (como a posposição do adjetivo, por exemplo, no caso das traduções do inglês para o português). Não haveria propriamente processamento sintático das sentenças originais da língua-fonte, ou qualquer outro tipo de processo semântico. Por sua simplicidade, produz resultados bastante ruins, e não seria adequada senão para o desenvolvimento de sistemas de tradução de menus, expressões formulaicas e palavras isoladas.

A tradução indireta prevê o desenvolvimento de uma forma de representação intermediária entre a língua-fonte e a língua-alvo. Esta forma de representação pode ser dependente das línguas envolvidas, no sentido de constituir uma interface específica (unidirecional ou bidirecional), ou pode ser independente tanto da língua-fonte quanto da língua-alvo, procurando organizar-se como uma outra língua, artificial, autônoma, neutra, porém mais adequada ao processamento automático (porque livre de ambigüidade, por exemplo). No primeiro caso, fala-se em tradução indireta baseada em transferência; no segundo, em tradução indireta baseada em interlíngua.

3. Os estudos da tradução

Se por "estudos da tradução" entendermos o conjunto das práticas acadêmicas que, independentemente da designação, tomam a tradução por objeto de estudo, pode-se afirmar que tantas são as tendências dos estudos da tradução quantas são as concepções de "tradução" envolvidas em cada uma das diferentes perspectivas de consideração do fenômeno. Cada uma dessas concepções parece imantar (ou convir a) um conjunto específico de pesquisadores, que mobilizam diferentes pressupostos teóricos e metodológicos, seja para operar o esquecimento de que por trás do recorte realizado há necessariamente simplificação (porque a tradução se vê inevitavelmente reduzida, de sua polissemia original, para um processo ou um produto tratado univocamente); seja para sustentar, teleologicamente, pela pertinência das implicações, a verdade das premissas e das decisões que lhe serviram de ponto de partida.

A principal razão para esta fragmentação dos estudos da tradução parece estar inscrita na própria etimologia da palavra: "traduzir" significa, do ponto de vista diacrônico, "fazer passar de um lugar para outro". Implica, portanto, um movimento que não pode ser percebido senão por referência a uma terceira posição - a do observador - que determina, simultaneamente, o ponto de partida, a trajetória e o ponto de chegada. A depender da posição do observador, invertem-se não apenas as posições de origem e destino do movimento, mas o próprio percurso da passagem, que ora se revela mais longo, escarpado e acidentado, ora mais direto e mesmo imediato. No jogo das práticas acadêmicas, de cunho eminentemente publicitário, em que argumentos servem antes à propaganda de modelos teóricos e derivam sua força, não de um valor de verdade intrínseco, mas do grau de aderência que conseguem provocar - inclusive pela proposição de hipóteses suplementares para a salvação dos fenômenos - é função deste observador, sujeito inapelavelmente individual e psicológico, contextualizado e circunstancializado, travestir-se de sujeito epistêmico, supostamente universal e autoproclamado transcendental (racional), para afirmar o seu ponto de vista, não apenas contra os demais pontos de vista divergentes, mas contra a componente subjetiva (relativa) que informa o próprio lugar do sujeito que percebe. Esse sujeito, que não existe senão como função do contexto que o habilita a perceber, ao se posicionar diante do processo de tradução, define automaticamente a origem, o destino e a trajetória do movimento, desconsiderando, como estratégia retórica, desavisada ou propositadamente, os outros contextos a partir dos quais outras seriam as concepções de origem e/ou o destino e, conseqüentemente, outra seria a trajetória do movimento.

Instala-se, assim, uma disputa territorial pelo escopo da tradução que - embora não se faça sempre explícita e nem sempre indique claramente os inimigos a serem combatidos - pode ser simplificada se considerarmos, nas várias abordagens analisadas, a concepção de "texto de partida" e de "texto de chegada", centrais na definição dos objetivos e métodos da investigação do domínio. As diferentes concepções de texto

de partida e de texto de chegada assinalam, de maneira geral, as fronteiras de cada uma das tendências da tradução, e pressupõem diferentes práticas metodológicas que, em cada caso, se revelam pertinentes. Da articulação dessas posições - relativas às concepções de texto de partida e de texto de chegada - derivam as perspectivas de consideração do processo de tradução que vêm sendo propostas nos últimos 40 anos.

De maneira geral, e de forma algo grosseira, podem-se identificar pelo menos cinco diferentes perspectivas de consideração do fenômeno, que se organizam a partir da filiação teórica do campo: a) como componente intradisciplinar da Linguística, a partir do reconhecimento de que o processo de tradução comporta operações que, em última instância, são principalmente (ou especificamente) linguísticas (Jakobson 1959, Mounin 1975); b) como componente intradisciplinar da Semiótica, a partir do reconhecimento de que a operação de tradução, embora envolva transferência de significado entre conjuntos de signos de línguas diferentes, também envolve mecanismos extralinguísticos (Bassnett-McGuire 1991); c) como componente transdisciplinar das Ciências Sociais, na medida em que as operações de tradução seriam reguladas por normas de natureza eminentemente sociológica (Toury 1995, Chamberlain 1992) e político-histórica (Rafael 1993)⁵; d) como disciplina autônoma e independente, portadora de uma coerência interna que lhe seria própria e específica (Holmes 1972); e e) como sub-ramo da Filosofia, na medida em que constituiria um lugar de investigação de natureza especulativa, dissociado da produção de conhecimento técnico-científico e de uma utópica unidade disciplinar⁶ (Arrojo 1996).

Nesta seção analisam-se as concepções de "texto de partida" e de "texto de chegada" que perpassam cada uma dessas abordagens. Estamos particularmente interessados em identificar suas repercussões para a tradução automática.

Em primeiro lugar, cabe considerar a aceção que o texto de partida (ou texto-fonte, ou original) vem adquirindo ao longo dos anos. Neste caso, seriam principalmente três as tendências dos estudos da tradução. A primeira supõe que o texto de partida seria o produto de um processo de textualização, ou seja, o resultado da tentativa de materialização, pelo autor, e por meio da linguagem, de idéias, pensamentos e sentimentos que lhe seriam afeitos (ou ao seu contexto). O texto de partida seria, portanto, um repositório, um invólucro de determinadas intenções expressivas e comunicativas materializadas linguisticamente através da escrita. Não seria, neste sentido, uma origem absoluta e a-histórica, mas retiraria sua coerência da relação com seu próprio processo (pregresso) de produção. Esta concepção de texto de partida - que poderíamos grosseiramente chamar de "filológica" - não está relacionada apenas ao autor-indivíduo, mas também ao autor-contexto, na medida em que não se supõe, necessariamente, que o autor esteja plenamente consciente de todas as intenções registradas no texto, e na medida em que se admite que o autor possa estar interpelado por intenções que lhe seriam anteriores e exteriores. Haverá mesmo quem desloque do indivíduo (autor) para o coletivo (a tradição) a responsabilidade sobre o processo de textualização, reposicionando o autor na condição de porta-voz da tradição, ou seja, daquele que pilha e se apropria, dialogicamente, de textos que lhe são anteriores, produzindo, na verdade, intertextos. Em todo o caso, o texto de partida é concebido, nesta perspectiva, como resultado do seu processo de produção e de todas as variáveis que lhe foram pertinentes.

Exponentes desta primeira posição seriam, por exemplo, Nida (1964), Campos (1987), Rafael (1993), Vieira (1999), entre outros. Em todos estes autores, encontra-se a preocupação, explícita ou implícita, com a recuperação das condições de produção do texto de partida do processo de tradução. Geir Campos, por exemplo, recomenda, explicitamente, com Karl Dedecius, que o tradutor se informe sobre a "vida pregressa" do texto a traduzir, e que prefira mesmo os contemporâneos, pela possibilidade de diálogo com os autores, para a resolução das dúvidas (cap. 9). Eugene Nida recupera o "princípio do efeito equivalente", de Rieu & Phillips, para propor o conceito (na verdade, o desiderato) da "equivalência dinâmica", segundo o qual a relação entre o

⁵ A tradução seria instrumentalizada, neste caso, por várias áreas de conhecimento emergentes, como o novo marxismo e o feminismo contemporâneo (citados em Arrojo 1996).

⁶ A tradução estaria associada, neste caso, ao neopragmatismo e ao pós-estruturalismo, por exemplo (citados em Arrojo 1996).

receptor na língua-alvo e o texto traduzido deveria ser substancialmente a mesma relação existente entre os receptores na língua-fonte e o texto original (p. 129). Else Vieira, reportando a poética da transcrição de Haroldo de Campos, particularmente em sua tradução do Fausto, de Goethe, expõe a teoria (de Campos) da plagiotropia, segundo a qual, em consonância com o próprio Goethe e com Ezra Pound, não há originalidade absoluta no original, na medida em que ele é, sobretudo, um intertexto com outros textos de sua tradição (p. 107). Vicente Rafael, por fim, pretende sobretudo resgatar as condições de produção dos textos de partida por ele analisados para provar o quanto foram transformados em seu processo de vernacularização. Para todos esses autores, o texto de partida, antes de constituir apenas a origem do processo de tradução, é o ponto de chegada de um processo de escrita, capitaneado pelo autor do texto, e desenvolvido sob condições de produção que merecem ser consideradas na análise do processo de tradução. Principalmente: para os autores analisados, essas indicações de autoria (ou esses índices contextuais) são da ordem da imanência textual, ou seja, estão presentes nos textos à revelia do leitor e do processo de recepção.

A segunda perspectiva supõe que o texto de partida seja produto, não do processo de escrita, mas do processo de leitura. Não se nega, neste caso, que todo texto seja produto de um processo de textualização, de que teriam participado intenções comunicativas e expressivas próprias do autor e de suas condições de produção. Mas se afirma que, uma vez materializadas lingüisticamente, essas intenções já não poderiam ser resgatadas, mas apenas reinventadas como produto de um novo processo de escritura, empreendido agora pelo leitor, alçado à condição de co-autor do texto. Recusa-se, agora, a idéia da transparência da linguagem, tomada oblíqua, turva, incapaz de reter, de forma unívoca, os significados que teriam inspirado o autor. A leitura não seria, pois, o processo de extração ou de decodificação de significados depositados ou criptografados, voluntária ou inconscientemente, nas frases ou palavras, mas de construção ativa das formas, do sentido e das próprias fronteiras do texto, a partir de suas condições de recepção, assim entendido o conjunto de disposições e pressupostos que afetariam o leitor no momento e no contexto da leitura, inclusive sua trajetória prévia de falante e de leitor, e todas as imagens que teria formado sobre o autor do texto e seu contexto, e sobre o texto e suas condições de produção. O texto de partida não seria, novamente, a-histórico, e retiraria sua coerência da relação com o processo de recepção. Esta é a posição ostensivamente assumida por todos os textos de Arrojo (1986, 1992, 1999). Em todos eles, o "original" figura como conceito desconstruído, presença reconstituída que é consequência, e não origem, do processo de leitura e de tradução.

A terceira perspectiva concebe o texto de partida, não como produto de um processo histórico, mas como manifestação positiva, auto-evidente, conjunto de formas cujo valor dispensaria a consideração de suas condições de recepção ou de produção. O texto de partida, nesta perspectiva formalista, seria antes a combinação do conjunto das partes de que seria feito, e dos potenciais significados que poderiam ser a elas adjudicados, e que estariam inscritos no próprio código da língua. O autor, tanto quanto o leitor, seriam, neste último caso, personagens idealizadas, descontextualizadas, cuja intervenção no texto de partida estaria limitada à manipulação (mecânica) das regras de decifração indicadas pela própria língua. O processo de desambigüização dos múltiplos significados associáveis ao texto seria feito por recurso a um contexto posterior, em outro nível de análise textual, segundo mecanismos (pragmáticos) que lhe seriam específicos, e que poderiam ser dissociados do processo (estritamente sintático-semântico) de produção de significados. Concebe-se, pois, um sistema multiestratificado de constituição do texto, em que apenas o primeiro nível (literal) de produção de significados revela-se pertinente, pelo menos para efeito da teorização proposta. Exemplos desta posição seriam Jakobson (1959) e Mounin (1975). Nos dois autores, o texto de partida do processo de tradução é definido como estrutura predominantemente lingüística, conjunto de associações naturais entre significante e significado, sobre as quais pouco ou nenhum poder teria o autor ou o leitor, e que não sofreriam nenhuma injunção relevante do contexto de enunciação.

A concepção de texto de chegada do processo de tradução parece oscilar de forma menos intensa que a concepção de texto de partida. Destacam-se, aqui, novamente, três tendências básicas dos estudos da tradução. A primeira - e hegemônica - parte da idéia de dependência entre o texto de partida e o texto de

chegada. A segunda derroga as diferenças de estatuto entre um e outro texto. A terceira enfatiza a outridade do texto de chegada.

No primeiro caso, o texto de chegada é concebido como parente direto do texto de partida, no sentido de estar a ele diretamente associado, principalmente por uma relação de causalidade. Tomam-se aqui pertinentes os conceitos de "identidade", "semelhança", "equivalência" e, principalmente, "fidelidade". Para Jakobson (1959), Nida (1964), Mounin (1975) e Campos (1987), o texto de chegada é concebido como função, não necessariamente linear, do texto de partida. Trata-se de uma sua derivação, ou de uma sua consequência. A natureza desta derivação é evidentemente tributária do conceito proposto para o texto de partida, mas está geralmente associada às idéias de "repetição", "preservação" e "conservação" do significado. A tradução é concebida, nestes casos, como transporte ou transferência. Assim, para Roman Jakobson e Georges Mounin, o texto de chegada deveria reproduzir o valor da estrutura lingüística definida no texto de partida. Eugene Nida e Geir Campos definem o texto de chegada pela preservação (equivalência) da intenção expressiva e comunicativa do texto de partida. Todos estes autores mobilizam o aparato de avaliação da tradução baseado na idéia de fidelidade. Na medida em que o texto de chegada é concebido principalmente como uma imitação (ou mesmo arremedo) do texto de partida, seu estatuto social é evidentemente inferior, e a prática da tradução fica reduzida a um exercício de neutralidade e de invisibilidade do tradutor, também rebaixado à condição de autor de segunda categoria.

É interessante observar, no entanto, que a relação de dependência entre texto de partida e texto de chegada pode também ser afirmada em outro sentido. Para Arrojo (1986, 1992, 1999), os conceitos de texto de partida e texto de chegada não são claramente diferenciáveis, na medida em que o significado do texto de partida é (re)criado no mesmo movimento em que o texto de chegada é produzido. Para a autora, o sujeito e o objeto da leitura são indissociáveis, o que caracterizaria, em última instância, uma relação de dependência absoluta entre a origem e o destino do processo de tradução. Não se revela pertinente, neste caso, a relação de precedência histórica segundo a qual o texto de chegada sucede ao texto partida, e o "antes" e o "depois" do movimento da tradução são identificados como sendo um mesmo e único momento. A tradução é concebida, pois, como movimento inescapável de transformação, na medida em que a produção do texto de chegada implica, necessariamente, a reinauguração do significado do texto de partida. Nesta perspectiva, o texto de partida e o texto de chegada deveriam compartilhar o mesmo estatuto social, porque o tradutor, longe de exercer o papel de descobridor do verdadeiro significado veiculado pelo texto de partida, transforma-se em seu novo autor. No entanto, é forçoso reconhecer que, exatamente por este motivo, afirma-se ainda, e de forma inclusive mais peremptória, a identidade (e a dependência) entre os dois textos, recusando-se, pois, a autonomia (e independência) do texto de chegada.

Opostas a estas duas abordagens estão as perspectivas de texto de chegada veiculadas por Rafael (1993) e Vieira (1999), entre outros. Else Vieira, a partir do conceito de transtextualização, proposto por Haroldo de Campos, define o texto de chegada como um outro, sem necessária relação ou compromisso com o texto de partida, a quem necessariamente sucede, mas com quem guarda relações bem mais distanciadas do que as previstas pelos outros autores. A relação parece ser antes de contato do que de causalidade ou semelhança. O texto de chegada não é uma consequência do texto de partida e tampouco é a força motriz que estabelece um seu significado: o texto de chegada está muito mais relacionado com um novo processo de escrita empreendido pelo tradutor (que mobiliza o estoque de poesia de seus contemporâneos e dialoga com muitas outras vozes textuais que lhe são pertinentes) do que com qualquer tentativa de repetição ou transformação do texto de partida. O texto de chegada é, pois, o resultado de um processo de elaboração que se nutre, mas não de forma exclusiva, e talvez nem mesmo de forma preponderante, do texto de partida. Vicente Rafael, por outros meios, situa-se na mesma posição. Ao analisar o resultado do processo de tradução, para o tagalo, dos textos produzidos em espanhol, evidencia a falta de correspondência (ou seja, a completa independência) entre o texto de chegada e o texto de partida, sintomática de um movimento que, longe de pretender preservar os significados de uma língua em outra, apenas instrumentalizava uma prática de dominação e opressão colonial. Nestes dois casos - e diferentemente dos demais - a relação entre texto de

partida e texto de chegada é quase "acidental", no sentido de ser derivada de uma tentativa deliberada e explícita de diferenciação, entendida, não como consequência de uma transformação inexorável (dada a provisoriedade e irrepetibilidade do significado do texto de partida), mas de identificação que, por questões estéticas ou políticas, deveria ser, a todo custo, evitada. O texto de partida, nesta perspectiva, rebaixado à condição de pré-texto, é preterido (e obliterado) pelo texto de chegada, que passa a ocupar, juntamente com o tradutor, a posição privilegiada de destaque no cenário da indústria cultural.

Por mais que sejam aparentemente antagônicas, as abordagens acima indicadas, tanto para o texto de partida quanto para o texto de chegada, convergem em um mesmo ponto: a tradução é uma atividade inerentemente humana, envolvendo, em múltiplos níveis, a mobilização de estruturas conceituais que a) têm escapado a qualquer tentativa de formalização matemática e b) em muito ultrapassam o conjunto de informações que pode ser representável por meio das estruturas convencionais (estáticas, discretas e limitadas) de dicionários e gramáticas. As abordagens parecem indicar que os estudos da tradução situam-se no território movediço dos eventos discursivos, particularmente porque relacionados a um paradigma de descrição científica que recusa qualquer tentativa de positivismo ou de reducionismo que, mesmo que convenientemente escoltada pelo alibi da praticidade, possa arbitrar um significado absoluto para o que seja efetivamente "traduzir" e sobre como deve ser entendida a função do "tradutor". Embora essas questões sejam aparentemente muito distantes do atual cenário da tradução automática, completamente divorciada desse tipo de preocupação, é pelo menos interessante considerar que o fracasso das máquinas de traduzir pode estar de alguma forma relacionado a esta recusa. Em outras palavras: talvez seja o momento justamente de contrastar as premissas que têm orientado a produção de ferramentas de tradução automática com aquelas que, sendo produzidas dentro de outros paradigmas de pesquisa da tradução, parecem antecipar sua impossibilidade.

4. O conflito paradigmático

O conflito que se instala entre a comparação das abordagens que se oferecem, do lado da tradução automática e do lado dos estudos da tradução, para o processo pelo qual um determinado texto é traduzido de uma língua para outra, permite perceber, de início, vários pontos de divergência.

Em primeiro lugar, cabe referir que a Tradução Automática, mas não os Estudos da Tradução, parte da premissa de que a língua é um código, ou seja, de que pode ser definida por recurso a um léxico e a uma gramática, que contenha o conjunto das regras de combinação (sintaxe), de referenciação (semântica) e de uso (pragmática) do vocabulário. Aposta-se, neste caso, na validade de uma descrição lingüística em que a língua figure como sistema razoavelmente estável do conhecimento, e que estabeleça, portanto, relações de referenciação não-opacas, que podem ser aduzidas de suas partes constituintes. Admite-se, portanto, a possibilidade (e a pertinência) de existência de um contexto-nulo; admite-se a composicionalidade dos enunciados lingüísticos (ainda que reserve espaço diferenciado para um elenco reduzido de expressões formulaicas da língua); e admite-se a estabilidade das relações de referenciação das unidades lingüísticas (ainda que possam ser previstos, em versões posteriores, mecanismos de transformação do sentido — metafóricos, metonímicos, etc). Sobre a necessidade de cada um desses pressupostos, cabe dizer que são fortemente condicionados pelo fato de que o contexto-zero revelar-se-ia, por enquanto, a única estratégia viável de tratamento dos fatos da língua, pelo menos até que se possa representar para a máquina segmentos substanciais do conhecimento de mundo do homem, sem o qual, acredita-se, não se poderá operar modelos de transformação e expansão semântica minimamente satisfatórios.

Ao definir a língua como código, a Tradução Automática subscreve a idéia de que seja possível a elaboração de um modelo teórico da linguagem não comprometido com a realidade psicológica ou sociológica do falante. Ou de que a subjetividade (sob a forma de psiquismo ou sob a forma de sujeito ideológico), ainda que constitutiva da linguagem, pode ser expurgada de um modelo descritivo sem que isso implique, necessariamente, a completa impossibilidade do modelo. Reconhece-se que haverá fenômenos lingüísticos de toda sorte que não poderão nem mesmo ser formulados sem a perspectiva do sujeito, mas

admite-se que há toda uma série de problemas que podem e devem ser tratados a partir de uma teoria mais positiva. É sobre essa classe de problemas, e apenas sobre essa classe de problemas, vinculados à produção do sentido literal, que a Tradução Automática se debruça.

A adesão ao paradigma do caráter representacional da língua implica também a recusa de que, a par de uma função referencial, a fala possa se prestar também a desempenhar outras funções não-referenciais (apelativa, poética, etc). Como código, a língua é vista, neste contexto, como passível de multistratificação em diferentes níveis de análise, cada um dos quais autônomo e passível de descrição independente. As funções não-referenciais representariam, em certa medida, um excedente teórico que, embora necessário para a explicação de toda uma série de fenômenos lingüísticos, poderia ser expurgado em uma descrição mínima da língua, que privilegiasse apenas as estruturas nucleares de significado. Esta opção se torna particularmente nítida na medida em que a unidade de análise para a tradução automática é, quase sempre, a sentença, quando não frações de sentença, ou mesmo palavras isoladas, cujo processo de produção de significado operaria por força de mecanismos estritamente composicionais, segundo os quais o significado do todo é uma função direta do significado das partes que a compõem. Os tradutores automáticos geralmente operam no nível da sentença e não observam, senão muito eventualmente, qualquer fenômeno transfrástico ou macrotextual. Essa opção implica, evidentemente, a crença de que o texto possa ser definido como um aglomerado coerente de sentenças: não se reconhece a solidariedade das diversas partes de um texto e acredita-se que a textualidade (ou a textura) possa ser definida através da idéia de seqüenciação de frases.

Os Estudos da Tradução, em posição diametralmente oposta, combatem veemente cada uma dessas opções. Em primeiro lugar, acredita-se que o texto é um fenômeno que ultrapassa a linguagem e que se constitui, de forma reticulada, no ato da leitura, através da construção de sua coerência. Ainda que essa coerência possa ser encaminhada a partir de pistas da superfície lingüística do texto (o que se convencionou chamar mecanismos de coesão textual), esse endereçamento explícito não é nem necessário nem suficiente para o estabelecimento da textualidade, que deriva antes de uma competência textual (e cognitiva) bem mais abrangente. Em segundo lugar, cabe dizer que, para os Estudos da Tradução, a consideração do fenômeno somente pode ser feita por referência ao texto como unidade de investigação, ou seja, ao conjunto de sentenças que renuncia à sua individualidade para fazer parte do todo. Nesta perspectiva, o significado da sentença passa a ser função direta do contexto (textual e situacional) em que a sentença está inserida, e que atua ativamente sobre o processo de produção de significado, a ponto, não apenas de romper com qualquer processo de composição semântica, mas condicionando o próprio processo de combinação das estruturas lexicais. A parte [as estruturas sentenciais e subsentenciais], nesta perspectiva, seria percebida apenas pela perspectiva do todo. Problematiza-se, dessa forma, o conceito de significado, que perde sua delimitação lógica para se tomar um conceito muito mais movediço, cujo processo de construção varia enormemente, mas que é geralmente entendido como sendo produzido durante uma situação concreta de interação verbal.

Por fim, e talvez principalmente, cabe ressaltar que, para os Estudos da Tradução, as diferenças, mais do que as semelhanças, serão privilegiadas, exatamente porque permitiriam a consideração de fenômenos lingüísticos que, longe de se caracterizarem como periféricos ou secundários, seriam constitutivos da língua. Neste sentido, a análise de traduções de textos poéticos e literários recebe particular atenção, não porque os Estudos da Tradução sejam uma subparte da Teoria da Literatura, mas porque os fenômenos envolvidos no texto literário representariam, em escala observável, as características lingüísticas que se escondem - mas que de forma alguma estão ausentes - nos textos normalmente tidos como mais "convencionais". O texto poético, ao procurar deliberadamente violar, até o limite de sua possibilidade, os protocolos de leitura e de produção textual de uma determinada comunidade de fala, concentraria de tal forma a carga de fenômenos semânticos que, pelo excesso, tomariam mais visíveis os processos mobilizados pelos falantes para a produção de significados.

4. Conclusões

A trajetória da ciência tem inspirado, às mais diferentes abordagens do conhecimento humano, a partir dos mais diferentes pontos de vista, os mais diferentes posicionamentos: desde os que postulam que a evolução científica se dá através do desenvolvimento linear (ou, pelo menos, quase linear) do conhecimento (cumulativo, portanto) até os que, recusando a noção mesma de evolução, afirmam que a ciência é, na verdade, "uma sucessão de descontinuidades relativamente bruscas". o acúmulo gradual de informação proveniente de redemarcações da tarefa original de replicar o processo de tradução não conduzirá à revolução qualitativa que, espera-se, virá redimir o campo, oferecendo alguma real expectativa de produção de um sistema escalável, robusto, eficaz e eficiente, capaz de gerar resultados completamente automáticos e de boa qualidade.

A consideração do atual estado da arte dos Estudos da Tradução introduz uma provocação pelo menos interessante para a Tradução Automática. A Tradução Automática teria sido iludida pela invisibilidade aparente dos fenômenos de significado que, escamoteados nos textos técnico-científicos, seriam constitutivos da própria linguagem, e cujo não-tratamento seria exatamente o maior responsável pelo fracasso das tentativas existentes de processamento automático das línguas naturais. A ilusão teórica representada pelo expurgo do material "excedente" seria o que impediria a tradução automática de alcançar seus objetivos.

Referências

- ARROJO, R. A tradução passada a limpo e a visibilidade do tradutor. In Tradução, desconstrução e psicanálise. Rio de Janeiro: Imago, s.d.
- ARROJO, R. *Oficina de Tradução: a teoria na prática*. São Paulo: Ática, 2000 [1986].
- ARROJO, R. Os estudos da tradução na pós-modernidade: o reconhecimento da diferença e a perda da inocência. In Cadernos de Tradução, n° 1, 1996.
- ARROJO, R. Tradução. In JOBIM, J. L. (Org.) *Palavras da Crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro, Imago: 1992. p. 411-442.
- BASNETT-MCGUIRE, S. Translation Studies. London/New York: Methuen, 1991.
- BOITET, C. (Human-Aided) Machine Translation: A Better Future?. In COLE et al. Survey of the State of the Art in Human Language Technology. Oregon Graduate Institute. November, 1995.
- BOITET, C. Machine-aided Human Translation. In COLE et al. Survey of the State of the Art in Human Language Technology. Oregon Graduate Institute. November, 1995.
- CAMPOS, G. *Como fazer tradução*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CHAMBERLAIN, L. Gender and the metaphors of translation. In VENUTI, L. (Ed.) *Rethinking translation: discourse, subjectivity, ideology*. London, New York: Routledge, 1992. p. 57-74.
- DORR, B.J. et al. A Survey of Current Paradigms in Machine Translation. In M. Zerkowitz (ed), *Advances in Computers*. Academic Press, London. Vol. 49, pp. 1-68. 2000.
- HOLMES, J. S. The Name and Nature of Translation Studies. [1972]. In VENUTI, L. (Ed.) *The Translation Studies Reader*. London, New York: Routledge, 2000. p. 172-185.
- HUTCHINS, W. J.; SOMMERS, H. L. An introduction to Machine Translation, Academic Press, San Diego (CA), 1992.
- JAKOBSON, R. On Linguistic Aspects of Translation. [1959]. In VENUTI, L. (Ed.) *The Translation Studies Reader*. London, New York: Routledge, 2000. p. 113-118.
- KAY, M. (1995). Machine Translation: The disappointing past and present. In COLE et al. Survey of the State of the Art in Human Language Technology.
- MOUNIN, G. *Os problemas teóricos da tradução*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- NIDA, E. Principles of Correspondence. [1964]. In VENUTI, L. (Ed.) *The Translation Studies Reader*. London, New York: Routledge, 2000. p. 126-140.
- OLIVEIRA Jr., O. N. et al. A Critical Analysis of the Performance of English-Portuguese-English MT Systems, In Anais do V Encontro para o processamento computacional da língua portuguesa escrita e falada, 2000.
- RAFAEL, V. L. Contracting Colonialism. Translation and Christian Conversion in Tagalog Society under Early Spanish Rule. Durham/London: Duke University Press, 1993.
- SANTOS, P. Tradução Automática. In MATEUS, M. H.; BRANCO, A. H. (Orgs.). *Engenharia da Linguagem*. Lisboa: Colibri, 1995.
- TOURY, G. The nature and role of norms in translation. [1995] In VENUTI, L. (Ed.) *The Translation Studies Reader*. London, New York: Routledge, 2000. p. 198-211.
- VIEIRA, E.R. P. Liberating Calibans: Readings of Antropofagia and Haroldo de Campo's poetics of transcreation. In BASSNETT, S. & TRIVEDI, H. (Eds.). *Post-colonial translation: theory and practice*. London/New York: Routledge, 1999.